



Representações do Orgulho na Pandemia: Como os sujeitos LGBTI+ são narrados no jornal O Povo em junho de 2020?

Francisco Rafael Mesquita Jeronimo¹.

Universidade Federal do Ceará (UFC).

Resumo: Este trabalho analisa as construções discursivas sobre a população LGBTI+ nas páginas do jornal cearense O Povo, periódico mais antigo em atividade no Ceará. Através da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001) e da Teoria Queer (BUTLER, 2017), são estudados 44 textos opinativos e informativos publicados em junho de 2020, o chamado mês do "Orgulho LGBTI+". O objetivo foi analisar quem são os porta-vozes, a localização das falas e a produção dos enunciados e manifestações sobre as dissidências da cis-heterossexualidade no jornalismo, levando em consideração o contexto de isolamento social provocado pela pandemia de Covid-19, que impossibilitou a realização das Paradas pela Diversidade Sexual. Os resultados permitem observar que os discursos do periódico reduzem as orientações sexuais e as identidades de gênero a uma conformidade hegemônica, em detrimento de uma pluralidade não-normativa.

Palavras-chave: LGBTI+; heteronormatividade; discurso; jornalismo; queer.

1. Introdução

Muita coisa mudou desde outubro de 2012, quando o jornal O Povo, o mais antigo em atividade no Ceará, publicou a manchete: “Primeiro parlamentar travesti do Ceará é eleito em Novo Oriente”. Embora o Brasil já tivesse realizado, até este período, pelo menos duas Conferências Nacionais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis,

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFC. É integrante do PraxisJor, grupo de pesquisa vinculado ao PPGCOM. E-mail: rafaelmesquita.rm@gmail.com

Transexuais e Transgêneros², a primeira em junho de 2008 e a segunda em dezembro de 2011, o periódico associava a palavra travesti, uma identidade inscrita no gênero feminino, ao universo masculino.

Passados quase oito anos, a publicação agora não só reconhece as expressões diversas, como comemora que haja, entre os seus funcionários, representação de identidade de gênero que rompe a fronteira dos corpos cisgêneros³.

De fato, os modos de visibilidade das manifestações LGBTI+⁴ foram se transformando nas coberturas noticiosas e seguem em constante mudança diante das reivindicações constantes postas por estes atores ou pelos embates frente aos que resistem à afirmação destes modos de existência.

Assim, interessa-nos observar os dados contemporâneos sobre a representação destes sujeitos nas narrativas deste jornal de referência, periódico de circulação estadual e que acumula quase 100 anos de existência.

Nossa problemática central questiona como se comportou a cobertura da temática no mês de junho, período do chamado “Orgulho LGBTI+”, quando boa parte do mundo celebra a diversidade sexual e de gênero. O calendário surgiu em homenagem aos levantes contra a violência policial e do Estado iniciados em Nova York, nos Estados Unidos, em 28 de junho de 1969. As ações são classificadas como o marco fundador deste movimento social e deram origem, no ano seguinte, às Paradas do Orgulho LGBTI+ (TREVISAN, 2018).

Sendo assim, como marca de coleta de dados, selecionamos todos os textos publicados em junho de 2020, tendo em vista que nos interessa especialmente saber como se dá a inserção LGBTI+ na narrativa jornalística cearense no ano em que, por conta da pandemia de Covid-19, pela primeira vez, depois de 20 edições, não houve Parada do Orgulho LGBTI+ no Estado. Tradicionalmente realizadas neste período, as manifestações, como atesta Melo (2013), são alvo de sistemática cobertura dos meios de comuni-

² Os eventos, que eram precedidos de encontros municipais, regionais e estaduais, elaboraram políticas públicas e diretrizes sobre as questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, inclusive as de ordem de representação e nomeação.

³ Refere-se ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer (REIS, 2018).

⁴ O símbolo "+" representa a inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero e sexo biológico. Ex: queer, intersexual, assexual, pansexual, entre outros (REIS, 2018).

cação de massa. No Ceará, as mobilizações reuniram, segundo organizadores (OLIVEIRA, 2019), de 500 mil a 1 milhão de pessoas na Beira Mar de Fortaleza nos últimos anos.

A nossa inquietação é descobrir quais enredos são construídos nos discursos noticiosos da imprensa em um contexto de ausência deste valioso instrumento de agendamento midiático do movimento LGBTI+, colocando o discurso do jornal como um exemplo da representação do segmento social na contemporaneidade.

Por meio do quadro analítico proposto pela Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001), procuramos estabelecer um conjunto investigativo capaz de mapear nas notícias e artigos de opinião quem são os porta-vozes, a localização das falas e o contexto de produção dos enunciados e manifestações sobre as questões LGBTI+ dentro desta publicação.

Nesta análise, que se debruça sobre a visibilidade que o jornal fornece sobre este agrupamento, usaremos o que chamaremos de “olhar *Queer*”, para, a partir de teóricos como Butler (2017), Drucker (2018) e Lauretis (1994), avaliar as manifestações das compreensões históricas e sociais construídas em torno do sexo, do gênero e da identidade impressas no objeto de estudo.

Além disso, buscamos pautar o jornalismo no contexto da citada crise de saúde de escala global provocada pelo coronavírus e de mobilizações anti-LGBTI+, que se desenvolvem no plano institucional e social.

Pesquisas, como a do Coletivo Vote LGBT (LENA e SILVA, 2020), colocam que a pandemia reforçou as violências, a exclusão, a solidão e demais vulnerabilidades vividas pela população LGBTI+.

Esta população enfrenta ainda o desmonte de programas e políticas voltadas para o segmento no Governo Federal (FEITOSA, 2019) e a legitimação, por parte do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, de sua equipe e de apoiadores, de discurso de ódio e violência.

Este cenário de recrudescimento da LGBTfobia⁵ vem rompendo com uma conjuntura anterior que apontava para a consolidação e a expansão de políticas públicas LGBT nos entes federativos (FEITOSA, 2019).

Neste sentido, é fundamental enxergar como o jornalismo, que reivindica, enquanto setor, uma posição de mediação na organização social (CHAUI, 2006) age na compreensão dos problemas contemporâneos daqueles que não compõem as instâncias hegemônicas de privilégios sociais.

2. LGBTI+ e Jornalismo

O desafio de apreender as visões sobre as pessoas LGBTI+, letras que se referem à orientação sexual e identidade de gênero de mais de 11 grupos diferentes, tem sido uma problemática constante nos estudos em jornalismo e faz parte de um esforço não só científico, mas político, de pesquisadores, que buscam qualificar os debates sobre este agrupamento social, que luta por acesso a direitos, combate preconceitos e estigmas e enfrenta inúmeros tipos de vulnerabilidades sociais.

Só de 2013 a 2018, foram disponibilizadas no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) 18 Teses e Dissertações produzidas no Brasil que fazem a interface dos estudos em jornalismo com a temática diversidade sexual, sendo 15 trabalhos de Mestrado e três de Doutorado.

Essa vasta produção acadêmica tem demonstrado que o tratamento das questões LGBTI+ pela imprensa, seja a alternativa e engajada na causa ou a comercial, tem sido transformado pelas ações do movimento social do grupo, que se apresenta de forma orgânica a partir da década de 1970 no Brasil.

Coletto (2013) destaca que, nas últimas décadas, a imprensa foi um dos principais espaços de institucionalização de um ativismo moderado LGBTI+ que preza por acessos, diálogos e posicionamento institucionais.

As pesquisas, no entanto, advertem que, apesar de tematizar as lutas sociais e outras ações destes corpos desviantes da cis-heteronormatividade é comum os jornais confundirem identidade de gênero e orientação sexual, reproduzindo discussões equivo-

⁵ Expressão construída pelo movimento social para designar o conjunto de violências perpetradas contra a população LGBTI+ em virtude da sua orientação sexual ou identidade de gênero (FEITOSA, 2019).

cadadas sobre os temas, e ainda produzem “constante silenciamento de vivências e vozes de pessoas trans (principalmente homens), mesmo quando as narrativas são sobre elas” (CAEIRO, 2016, p. 10).

Gonçalves (2017) acredita, a partir de diálogo com a Teoria Queer, que falta ao jornalismo trabalhar a ideia de que a heterossexualidade não é natural ou um devir coletivo, ou seja, fomentar o questionamento das identidades fixas e, portanto, debater a desconstrução delas.

Nesta perspectiva, a Teoria Queer problematiza o pensamento dominante heterossexual e revisa as compreensões históricas e sociais construídas em torno do sexo, do gênero e da identidade (BUTLER, 2017). O campo de estudos qualifica como “heterossexualidade compulsória” a noção construída a partir do século XVIII de que as diferenças anatômicas eram determinantes para o acesso à vida política, econômica, cultural e para a definição de papéis sociais e questiona os padrões desta “heteronorma”, vista como violenta, pois impõe sanções e restrições àqueles que subvertem os seus preceitos.

Consciente disso, Caeiro (2016) aponta que críticas a estruturas de poder, neste caso a que entende como o humano “normal” o cisgênero e heterossexual, permitem acionar a busca pela compreensão de outras formas de organização e vida, tendo em vista fazer o jornalismo caminhar em uma perspectiva que não seja a de reprodução de mecanismos que pregam a anormalidade de determinados sujeitos.

No entanto, como colocam Moraes e Silva (2019), a noção dominante de objetividade jornalística seria um entrave para a produção desta alteridade no jornalismo. Tal objetividade estaria circunscrita nas estruturas epistêmicas do “sistema-mundo capitalista”, que opera a partir da noção de um sujeito universal homem, branco, heterossexual e ocidental e que contribui para a manutenção de códigos classificatórios e de dominação. “Entre essas, destacam-se objetividade, a neutralidade e a universalidade, bases do cientificismo e também dos métodos norteadores do fazer jornalístico” (p. 5).

As noções de um jornalismo objetivo, direto, duro, infalível, isento, credível, etc. estariam também ligadas à uma ideia “masculinista” (MORAES e SILVA, 2019) de eficácia. O jornalismo, logo, seria uma tecnologia de gênero (LAURETIS, 1994), ou seja, parte de parte de uma engrenagem que produz efeitos nos corpos, comportamentos e relações sociais.

3. Procedimentos Metodológicos

A opção pela análise da cobertura de um jornal sobre a comunidade LGBTI+ leva em consideração que o jornalismo trabalha, em certa medida, na perspectiva de “construção social da realidade” (CORREIA, 2009). Dessa forma, tal setor seria revelador das formas contemporâneas de representação política destes sujeitos.

Neste percurso, definimos analisar todos os textos publicados pelo periódico, considerando como objeto de estudo, portanto, os gêneros opinativo e informativo. Dentro deste universo, examinaremos artigos, notícias, notas, reportagens e entrevistas. A escolha pelas duas categorias, informativa e opinativa, se dá pelo fato de residir no primeiro segmento a forma mais característica e hegemônica de apresentação do jornalismo (REZENDE, 2000) e no segundo a oportunidade de efeitos de comparação com outras vozes.

Tal observação é composta de 44 textos, sendo oito artigos de opinião e 36 conteúdos informativos, recolhidos nos 30 dias de junho de 2020 no jornal O Povo. A seleção aconteceu levando em consideração os artigos e matérias que contassem com pelo menos uma das 24 palavras ou expressões-chave que dão conta do universo de discussão criado em torno das orientações sexuais e identidades e expressões de gênero. Vocábulos e locuções como "homoafetividade", "diversidade sexual", "homossexualidade", "LGBTI+" (e suas variações) e "pessoas trans" foram considerados. Tal relação foi construída levando em consideração os termos e formulações defendidos pelo movimento social LGBTI+ (REIS, 2018).

Já como estratégia para a detecção dos dados, é utilizada a técnica da análise de conteúdo em jornalismo. O procedimento nos permite realizar a coleta e seleção de textos, usando o método quantitativo, ou seja, de quantificação das ocorrências (HERSCOVITZ, In. LAGO; BENETTI, 2010).

Já por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD) construiremos a apreciação qualitativa para a avaliação da feição central de nossa pesquisa. Para tanto, recorreremos fundamentalmente às contribuições de Fairclough (2001).

A ACD entende o discurso a partir de um quadro tridimensional: texto, prática discursiva e prática social. Tal paradigma tem sido produtivo para estudos de processos de transformação social e parte do pressuposto de que a nossa realidade é formulada por meio de um processo de interações sociais, que forma, através de práticas discursivas, versões da realidade que se concretizam na linguagem.

Esta perspectiva interpretativa crítica da realidade casa com a nossa finalidade de entender a representação LGBTI+ no jornalismo, tendo em vista que este agrupamento social é protagonista de ações que vem desestabilizando as estruturas hegemônicas.

Assim, observaremos os mecanismos de inclusão e exclusão discursiva, que dão margem à interpretação das próprias práticas de exclusão e inclusão social. Efeitos de linguagem que podem promover o acesso, a interdição, a ativação ou até a passivação de atores sociais envolvidos com o ativismo pela livre orientação sexual e identidade de gênero.

4. Representação LGBTI+ no mês do Orgulho

Traquina (2004) afirma que o jornalismo atua como um dos eixos que norteia a construção de sentidos dos sujeitos e dos comportamentos sociais, sendo, também, por eles influenciado. O teórico chama a atenção para o fato das notícias, entendidas como principal produto do setor jornalístico, serem uma “construção social”, que refletem uma série de aspectos, como o “acontecimento” em si; os “constrangimentos organizacionais”, que podem ser produzidos pelos donos das empresas de mídia e seus interesses econômicos; as visões de mundo dos jornalistas; as rotinas produtivas e técnicas do setor; os “valores-notícias dos jornalistas”; e o perfil das fontes ouvidas pela imprensa (TRAQUINA, 2004, p. 204).

Diante disso, consciente de todas estas operações de sentido, o presente trabalho analisa a midiaticização da sexualidade em ambiente midiático marcado pela contraposição de domínios de poder (CHAUI, 2006) e seus potenciais significados e efeitos sociais em subjetividades.

Uma das primeiras linhas de análise foi aferir se a temática LGBTI+ era questão central ou secundária nos textos. Na avaliação geral constatamos que na maioria dos casos, 27 registros, o foco narrativo é o campo das orientações sexuais e/ou das identidades de gênero, e nos 17 demais o assunto é questão coadjuvante. Quando quantificado por gênero jornalístico, o opinativo contém três textos que se centralizam no nosso debate e outros cinco que circundam. Já no informativo, 24 focam a questão LGBTI+ e nos 12 demais é tema assessório.

O estudo do corpus também apostou na análise das fontes, pessoas ouvidas pelo jornal que, ao lado da voz do narrador jornalista, podem ajudar a contar a história, a definir uma perspectiva, a traçar um foco interpretativo. Dito isto, nos 36 textos informativos encontrados, notamos que em 19 há algum tipo de fonte e em 17 não há. E nos 19 textos com presença de vozes, observamos que em 11 deles há pelo menos alguma voz LGBTI+.

Já nos textos de opinião, notamos que dos oito artigos apenas um dá eco a uma voz do campo da diversidade, que é obviamente o autor. Ao fim, chegamos à conclusão que dos 44 textos que tematizam o escopo deste trabalho, sejam opinativos ou informativos, em somente 12 há alguma voz LGBTI+, seja como fonte ouvida pelo periódico ou como articulista.

Ao observarmos quem são exatamente essas vozes LGBTI+, percebemos que a maioria pertence ao campo da cultura, são representantes de empresas ou são profissionais liberais. Já as demais fontes ouvidas fora da marcação da diversidade sexual são principalmente representantes de Organizações Não Governamentais, do campo empresarial, do judiciário, das universidades e de empresas.

Notamos ainda que a narrativa jornalista d'O Povo neste período de seleção é majoritariamente marcada pela ausência de uma diversidade de vozes nos textos.

Tal situação pode ser explicada também pelo fato do formato da maioria das produções textuais, os 36 textos informativos, ser de relatos curtos, tais como notas, foto-legendas e até pequenas notícias, que correspondem a 67% de todos os conteúdos informativos encontrados.

E quando olhamos especificamente os 24 textos informativos onde a narrativa das dissidências de gênero e sexuais é a questão central do documento, constatamos que

83% (20) são textos breves (notas, chamadas, citações e notícias curtas), enquanto 17% (04) são reportagens mais densas.

Consideramos também neste estudo os modos de representação das pessoas LGBTI+, observando primeiramente como estes atores sociais são concebidos em textos. Sendo assim, encontramos 178 menções de termos e expressões do nosso universo de apreciação. Entre as aparições mais consideráveis, 40% (72 citações) dizem respeito à sigla LGBTI+ ou suas variações, 13% (23) à identidade travesti, 11% (19) às designações trans e pessoas trans, 7% (12) ao termo sexualidade, 5% (9) gay, 4% (7) diversidade sexual, 3% (6) transexual e 5% (5) transgênero. As demais orientações e identidades, entre elas homossexual, queer, lésbica, bissexual e intersexual, pouco são citadas, enquanto assexual e não-binário não aparecem nesta narrativa do mês do Orgulho.

Mas além de checar as ocorrências, intervimos através da interpretação delas, ou seja, como os atores sociais são representados em termos de uma atividade, uma ocupação ou uma função (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, concluímos que nos artigos, quase que de forma equilibrada, os principais enquadramentos textualizados foram: orientações sexuais de forma generalista, identidade de gênero trans e travesti, LGBTI+ como coletivo populacional e diversidades sexual e de gênero como conjunto de sexualidades e identidades diversas.

Já nas produções informativas, em 47% (24) dos textos o tipo de representação predominante foi de LGBTI+ como coletivo populacional, seguido das referências às identidades de gênero (trans, transexual, pessoas trans, transgênero) com 21% (11) das ocorrências. A identidade travesti aparece como representação em 10% (5) das referências, seguido de sexualidade e orientações sexuais gay e homossexual, que aparecem em menor grau, ambas em 6% dos casos. Os enquadramentos “relacionamento homoafetivo”, “*queer* como sinônimo de nicho LGBT”, “orientação sexual lésbica” e “orientação sexual bissexual” são outros colocados pelo menos uma vez.

Incidimos ainda na observação das narrativas, avaliando se foram capazes de produzir embasamento sobre as questões LGBTI+. Constatou-se que em 50% (18) das produções do gênero informativo falta algum tipo de explicação, contextualização, investigação, elucidação, aprofundamento ou categorização. Já nos textos opinativos, a

maioria (5) não produz embasamento, enquanto três das produções dos articulistas do jornal têm essa preocupação.

Ao apresentar as notícias alusivas às sexualidades dissidentes da heterossexualidade sem “seus antecedentes, suas significações indiretas e seu contexto” (MEDINA, 1988), o jornalismo pode vir a ser “trampolim” de discursos que negam estes sujeitos e estas formas de vida. Não elucidar, não contextualizar e negar a necessária anotação sobre o emprego do universo LGBTI+ na narrativa muitas vezes nega a própria deontologia jornalística, que aponta para o imperativo do embasamento e da explicação, sobretudo quando se tratam de nomenclaturas originárias de outra língua e que não comportam significado tácito na leitura.

Tal tendência nos leva a perceber que a visualização, além de pequena, quando acontece é “reinstrumentalizada” (Fairclough, 2001), é esvaziada e limitada.

Recorrendo à percepção sobre a aparição da temática a partir das “atitudes de avaliação subjacentes” (BARDIN, 1977, p. 57), onde observamos se as abordagens combatem, reforçam ou são neutras em relação à questão LGBTI+, conclui-se que sete dos oitos artigos, embora com as fragilidades já narradas de aprofundamento do tema, possuem apresentação positiva da questão. E nas produções de caráter noticioso o reforço à pauta das sexualidades e gêneros diversos é constatado em 83% (30) dos casos. Em 17% (06) dos registros, o conteúdo foi neutro em relação à abordagem dada ao tema. E, por fim, não houve nenhum exemplo de combate ao universo das dissidências sexuais na narrativa do jornal.

Quanto aos interdiscursos, ou seja, linguagens associadas a um campo ou a uma prática social específica que são acionados nas produções, percebemos uma concentração de debates relacionados à cultura e ao entretenimento (35%), seguido de uma discussão que aproxima o discurso psicológico e médico (19%), político (15%), empresarial (12%) e jurídico (11%). A prevalência de discursos institucionalizados lança a dimensão de que quando há algum tipo de embasamento no texto, esse é notadamente oficial. Além disso, as questões LGBTI+ seguem sendo enredo principalmente da cultura e do debate de saúde, especialmente as questões de saúde mental e do processo de transição de gênero. Uma ausência notada é do discurso ativista. Com conteúdos veiculados no

mês do Orgulho, a carência marcante dos interdiscursos vindo da militância é um fator a ser considerado.

O período de publicação dos textos mostra que a proximidade com o dia do Orgulho LGBT, 28 de junho, foi um fator de agendamento da veiculação de conteúdos relacionados ao nosso universo de pesquisa. Os dias com mais textos publicados (Tabela 1) sobre o assunto são 23, 27, 28 e 29 de junho, que reúnem 42% das aparições. Os demais são diluídos ao longo do mês, com registros em pelo menos 21 dias de junho. Assim como os conteúdos, a nomeações também estão concentradas nas datas próximas à principal efeméride do movimento social.

Tabela 1: Datas com mais aparições das nomeações

	Dia	Quantidade
1º	29/06/2020	35
2º	25/06/2020	27
3º	28/06/2020	18
4º	30/06/2020	18
5º	26/06/2020	16
6º	23/06/2020	15
7º	27/06/2020	11
8º	22/06/2020	10

Fonte: elaborado pelo autor

O perfil de distribuição dos textos no jornal também foi um marcador importante encontrado. A temática LGBTI+ ficou concentrada no suplemento de cultura e entretenimento do jornal O Povo, o Vida & Arte, com 30% dos registros, na editoria Farol (23%), caderno que traz um panorama resumido de diversos fatos de diferentes temas, e no bloco de Opinião (18%). Nota-se que nas editorias de Política, Economia, Esportes e Mundo, nos 30 dias de junho de 2020, não há nenhum registro de aparição da temática. Acompanhe (Tabela 2):

Tabela 2: Principais editorias onde foram publicados os conteúdos

	Editoria / Espaço	Quantidade de Conteúdos
1	Vida & Arte	13
2	Farol	10
3	Opinião	8
4	Classificados do Ceará	3



5	Capa	2
---	------	---

Fonte: elaborado pelo autor

Levando em consideração a localização contextual das produções e os dados sociais da realidade, chama atenção que algumas das editorias mais privilegiadas, como Política e Economia, não veiculem conteúdos de uma discussão que inegavelmente está na ordem do dia, seja pelos discursos promotores dos direitos LGBTI+, seja pelos que negam a pauta. A própria discussão do 28 de junho, dia do orgulho, comporta características relevantes e, enquanto efeméride, movimentou a produção de discursos e a publicação de pesquisas e estudos de destaque nacional e internacional, entre elas o “Diagnóstico LGBT+ na pandemia” (LENA e SILVA, 2020) e a “Pesquisa latino-americana sobre assédio, violência e discriminação à diversidade no local de trabalho” (NODOS, 2020).

A maioria dos textos delegam a aparição do tema à divulgação da agenda cultural do período, que era marcada pela realização de transmissões ao vivo pela internet e espetáculos exibidos em plataformas digitais.

Enquanto os dados sociais apontam para a vulnerabilidade dessas pessoas à covid-19 e a população de sexualidade e gênero não normativos enfrenta forte discurso político e social contestador de sua luta por direitos, o jornalismo d’O Povo subalterniza esse conteúdo.

Outro dado contextual ausente na narrativa do jornal é o aniversário de um ano da criminalização da LGBTfobia. Em 13 de junho de 2019 o Supremo Tribunal Federal decidiu que, até que o Congresso Nacional aprove uma lei específica, as condutas homofóbicas e transfóbicas⁶ podem ser iguados aos crimes de racismo. A discussão dos impactos e a efetividade social da medida, passados 365 dias de sua instituição, foram ignoradas pelo jornal. Enquanto temática, a homofobia historicamente foi alvo de constante debate público e, por conseguinte, agendamento midiático (MELO, 2013).

Por fim, constatamos que em 83% dos materiais informativos haviam imagens e, em 72% destes conteúdos com registros imagéticos, apareciam sujeitos LGBTI+. Des-

⁶ A violência contra os corpos de orientação sexual diversa (homofobia) e contra os corpos dissidentes do gênero de nascimento (transfobia) são situações específicas de LGBTIfobia (REIS, 2018).

taque para um dos casos, onde o registro visual é feito por meio da transformação do logo do jornal, que, na edição de 25 de junho, ganha as cores da bandeira do Orgulho. De alguma forma, o protagonismo nas imagens é superior ao dos textos. Neste caso, escapa-se uma espécie de contestação *queer* que pulsa nas ilustrações, tendo em vista que as cenas veiculadas abrem espaço para performances divergentes do conjunto de normas generificadas (BUTLER, 2017).

Conclusões

Levando em consideração que é importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética (FAIRCLOUGH, p. 92, 2001), nosso estudo exploratório evidenciou que a questão LGBTI+ permanece na ordem do dia do jornalismo, mas percebe-se que não é suficientemente tematizada em meio a uma estrutura social que convulsiona o tema.

Sobre isso, é preciso considerar alguns condicionantes, como o fato da pandemia ter impedido a possibilidade da realização da Parada da Diversidade Sexual, neste que seria o ano de sua 21ª edição. Estas mobilizações, que colocam centenas de milhares de pessoas nas ruas, foram, historicamente, alvo de destaque na cobertura jornalística, adquirindo um alto grau de detalhamento na apresentação dos fatos e tipificadas em vários gêneros textuais (MELO, 2013).

Também destaque conjuntural que atinge diretamente o jornal O Povo é que depois de 15 anos o periódico deixou de publicar a coluna semanal “Cena G”. Criada em 2005 como um espaço editorial específico para abordagem direta de assuntos relativos à homossexualidade e veiculado sempre às quintas-feiras, o recurso editorial teve seu fim em março de 2020 com a demissão do jornalista Émerson Maranhão, autor da coluna.

Outro fator a ser discutido é aparição típica da nossa matéria de investigação nos registros textuais encontrados, que é caracterizada pela representação de uma minoria estável LGBT+ ou trans, com uma tendência crescente à conformidade de gênero. Drucker (2015) considera esta feição produto da expansão do mercado de consumo lésbico/gay/trans, que seria uma permissão pontual da sociedade heteronormativa, que, por uma questão estratégica, opera uma certa “homonormatividade”, ou seja, a construção

de orientações e identidades que atendem à normatividade neoliberal, “uma mentalidade que não contesta as suposições e instituições heteronormativas dominantes, mas que as apoia e sustenta” (p. 199). A ausência de representações e comportamentos fluidos, por exemplo, que embaralham a lógica binária e de oposição às classificações, são marcadores desta constatação.

Levando em consideração que a racionalidade dominante nos modos de objetivação jornalística criva valores e ideologias também dominantes (MORAES e SILVA, 2019), de alguma forma, uma performatividade *queer* (DRUCKER, 2015), de desregulamentação moral, de quebra das fronteiras das restrições sexuais, portanto contestatória das normas, seria contrastante com a prática discursiva de um jornal comercial. Moraliizante e colocado na “objetividade”, o jornalismo convencional teria um contraste ideológico com o projeto social disruptivo deste movimento (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Entendemos que o jornalismo realiza o esforço de incluir LGBTIs, mas improvisa isso dentro de uma lógica hegemônica heteronormativa, que faz “circular sem mudar sua forma de uma estratégia a outra que lhe seja oposta” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 130).

Os sentidos produzidos pelos discursos do jornal O Povo, neste período analisado, reiteram o processo de redução da diversidade sexual constatado em outros levantamentos produzidos a partir de textos de jornais de grupos empresariais. O jornalismo de referência deixa de enfatizar, portanto, os mecanismos que promoveram secularmente injúria e abjeção a sujeitos marginalizados (DARDI e MORIGI, 2012).

O jornalismo, majoritariamente, contribui para manter a prática discursiva que Fairclough (2001) chama de convencional, ou seja, que contribui para reproduzir a sociedade tal como constatamos, fundada na heteronormatividade como regime político, produto da “colonialidade do poder”⁷ sobre o corpo.

Produzido por meio de rotinas complexas de natureza coletiva e por um grupo de membros variavelmente posicionados em seus diferentes estágios de produção e inscrito dentro de sistema de conhecimento e crença profundamente “racista, sexista e classista, além de positivista” (MORAES e SILVA, 2019), o jornalismo comercial não permite o

⁷ A colonialidade do poder refere-se a uma estrutura de dominação e de exploração, onde uma população determinada domina outra de diferente identidade. A colonialidade transforma assim a diferença em hierarquia. (QUIJANO, In: SANTOS; MENESES, 2009).

desenvolvimento de uma “prática discursiva criativa” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92), que contribuiria para transformá-lo.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAEIRO, Rui Miguel Pereira. **Transexualidade(s) e travestilidade(s) no jornalismo: uma análise discursiva das notícias produzidas em Pernambuco pelo Aqui PE e Jornal do Comercio**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFPE, 2016.

CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COLETTI, Luiz Henrique. **O movimento LGBT e a mídia: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos**. Dissertação (mestrado). Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

CORREIA, João Carlos. **Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e representações sociais**. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior – LabCom, 2009.

DARDE, Vicente; MORIGI, Valdir. Diversidade Sexual no Jornalismo Brasileiro: um estudo sobre as representações da população LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. **Sbpjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, São Paulo, v. 8, n. 1, p.149-165, 2012. Disponível em: <http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/396/368>. Acesso em: 08 de novembro de 2018.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: Unicamp, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Tradução: Isabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FEITOSA, Cleyton. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. **Revista Latinoamericana**, n. 32, p. 90-118, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sess/n32/1984-6487-sess-32-90.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2020.

GONÇALVES, Gean Oliveira. **Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT**. Dissertação (mestrado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São

Paulo, São Paulo: USP, 2017.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo** / Cláudia Lago, Márcia Benetti (orgs.). 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

LENA, Fernanda Fortes; SILVA, Samuel Araujo Gomes da. **Diagnóstico LGBT na Pandemia**. Vote LGBT, 2020. Disponível em: <https://medium.com/@box1824/diagn%C3%B3stico-lgbt-na-pandemia-b71c41ca58c6>. Acesso em: 29 de junho de 2020.

NODOS Argentina. Pesquisa latino-americana sobre assédio, violência e discriminação à diversidade no local de trabalho". Publicada em 28 de Junho de 2020. Disponível em: <https://integradiversidade.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Relat%C3%B3rio-Preliminar-Pesquisa-Regional-LGBTIQ-Portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 2 de agosto de 2020.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto a venda: Jornalismo na Sociedade urbana e industrial**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, Iran Ferreira. **Ativismo LGBT na imprensa brasileira: análise crítica da representação de atores sociais na Folha de S. Paulo**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP: USP, 2013.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. Texto apresentado ao GT Estudos de Jornalismo do XXVIII Encontro Anual da **Compós**. Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica, 2019.

OLIVEIRA, Sara. 20ª Parada pela Diversidade Sexual reúne multidão na Beira Mar. **O Povo**, Fortaleza, 30 de junho 2019. Notícia. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/06/30/20---parada-pela-diversidade-sexual-reune-multidao-na-beira-mar.html>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina S.A., G. C. Gráfica de Coim-bra, 2009.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba, PR: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2ª edição, 2018.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo
3 a 6 de Novembro de 2020
